



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
PRIMEIRA CÂMARA**

**Processo nº** 19515.000855/2003-10

**Recurso nº** 162.787 De Ofício

**Matéria** IRPJ

**Acórdão nº** 101-96.793

**Sessão de** 25 de junho de 2008

**Recorrente** 3ª TURMA DA DRJ SAO PAULO/SP I

**Interessado** SARAIVA S/A LIVREIROS EDITORES

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA -  
IRPJ**

Ano-calendário: 1998

Ementa: LUCRO INFLACIONÁRIO – COMPROVAÇÃO DE ERRO DO CONTRIBUINTE NA APURAÇÃO – CANCELAMENTO DA EXIGÊNCIA FISCAL – Se o contribuinte comprova não ter ocorrido o Lucro Inflacionário que, por anterior equívoco seu, havia sido apurado e, como tal, havia dado origem ao lançamento, deve ser este cancelado.

Recurso de Ofício Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

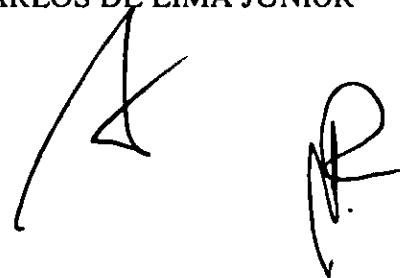
ACORDAM os membros da primeira câmara do primeiro conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANTÔNIO PRAGA  
PRESIDENTE

ALEXANDRE ANDRADE LIMA DA FONTE FILHO.  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 24 SET 2008

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros VALMIR SANDRI, SANDRA MARIA FARONI, JOSÉ RICARDO DA SILVA, CAIO MARCOS CÂNDIDO ALOYSIO JOSÉ PERCINIO DA SILVA e JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR

Two handwritten signatures are present. The first signature, on the left, appears to read "V. Sandri". The second signature, on the right, appears to read "S. Faroni".

## Relatório

Cuida-se de Recurso de Ofício contra decisão da DRJ em São Paulo/SP I, de fls. 150/154, que julgou procedente em parte o lançamento de IRPJ de fls. 59/60, relativo ao ano-calendário de 1997, do qual a contribuinte tomou ciência em 24.03.2003.

O crédito tributário objeto do presente processo administrativo foi apurado no valor de R\$ 928.739,11, já inclusos juros e multa de ofício de 75%, e tem origem em (i) glosa de prejuízos compensados indevidamente; e (ii) insuficiência na realização mínima do lucro inflacionário.

Conforme Termo de Verificação Fiscal de fls. 45/46, no ano de 1997, a contribuinte possuía lucro inflacionário a realizar no montante de R\$ 13.432.398,60. Considerando que a contribuinte optou pela tributação com base no lucro real no período fiscalizado, deveria ter adicionado ao lucro líquido, no mínimo 10% do saldo acumulado (R\$ 1.343.239,86), correspondente à realização mínima prevista na legislação.

De acordo com a Fiscalização, o livro LALUR não contém qualquer escrituração do lucro inflacionário acumulado e/ou de sua realização. Do mesmo modo, na DIPJ apresentada, na Ficha 02 – Dados de Apuração, no campo “PJ COM REALIZAÇÃO DE LUCRO INFLACIONÁRIO”, a contribuinte informou: NÃO. Na mesma Declaração, na Ficha 07, relativa à Demonstração do Lucro Real, no item em que deveria ser informado o lucro inflacionário realizado, não foi informado qualquer valor de realização do lucro inflacionário.

No que tange ao excesso na compensação de prejuízos fiscais, a Fiscalização informou que a contribuinte possuía prejuízos fiscais acumulados de anos anteriores no montante de R\$ 20,21, conforme Demonstrativos da Compensação de Prejuízos Fiscais anexos ao Termo. No entanto, no Livro LALUR da contribuinte, observou-se que o sujeito passivo compensou R\$ 9.346,49, declarando esse mesmo valor na DIPJ do período fiscalizado.

A contribuinte apresentou a impugnação de fls. 70/72. Em suas razões, a contribuinte afirmou que o suposto saldo de lucro inflacionário a realizar apurado pela Fiscalização corresponde, na verdade, ao saldo da diferença entre a diferença entre o IPC e o BTNF do período, originado no ano de 1991.

Acrescentou que o lucro inflacionário propriamente dito resulta do saldo da aplicação da diferença entre os dois índices anteriormente indicados sobre o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido, que, no caso, é negativo.

Afirmou que, da análise da diferença entre o IPC/BNF no ano de 31.12.90, obtém-se o saldo negativo de R\$ 776.266.095,04, que foi repassado ao exercício seguinte. Não houve lucro inflacionário, mas sim prejuízo inflacionário, conforme documentação acostada aos autos.

Alegou que o lançamento refere-se tão somente à correção monetária do Patrimônio Líquido, apurada com base no IPC/BNF, não ao resultado da diferença entre aquela conta e o Ativo Permanente.



Por fim, quanto ao excesso na compensação de prejuízos fiscais, reconheceu a infração cometida, procedendo ao recolhimento do crédito tributário correspondente.

A DRJ julgou procedente em parte o lançamento às fls. 150/154. Em suas razões, julgou não impugnada a matéria referente à compensação indevida de prejuízos fiscais, nos termos do art. 17 do Decreto nº 70.235/72.

Quanto ao lucro inflacionário, afirmou que, com efeito, no encerramento do ano-base de 1991, os saldos das contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido eram de Cr\$ 1.559.301.233,00 e Cr\$ 2.490.243.752,00, respectivamente, registrados na DIPJ/92, conforme documentação de fls. 146/147, não havendo lucro inflacionário a realizar, relativo ao período-base de 1990.

Acrescentou que o saldo constante no SAPLI de fls. 49, como Saldo Credor Dif. IPC/BNF Corrigido, foi informado na linha 28 do Quadro 04 do Anexo A da Declaração de Rendimentos do ano-base de 1991. Tal informação decorre do equívoco na interpretação das instruções para preenchimento da referida Declaração, pois consta no MAJUR/1992 que o contribuinte deveria indicar “o saldo, devedor ou credor, da conta de correção monetária correspondente à diferença, em relação ao ano de 1990, entre o IPC e o BNF Fiscal”.

Desse modo, o contribuinte deveria informar o saldo credor ou devedor (este, entre parênteses) na conta de correção monetária, correspondente à diferença entre IPC e a BNF, e não o valor relativo à correção monetária do Patrimônio Líquido, como o fez a contribuinte.

Dessa maneira, considerando o equívoco da contribuinte, a DRJ julgou improcedente o lançamento correspondente.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro ALEXANDRE ANDRADE LIMA DA FONTE FILHO, Relator

O recurso de ofício preenche aos requisitos de admissibilidade, razão pela qual dele tomo conhecimento.

O presente lançamento teve origem na compensação indevida de prejuízos fiscais e insuficiência da realização mínima do lucro inflacionário.

Com relação à compensação indevida de prejuízos fiscais, a contribuinte reconheceu a infração cometida, efetuando o pagamento do crédito tributário correspondente, conforme documentação de fls 140, razão pela qual a matéria não será analisada.

Quanto ao lucro inflacionário, observa-se que a contribuinte incorreu em equívoco no preenchimento da sua DIPJ/92.



De acordo com o art. 21 da lei nº 7.799/89, o lucro inflacionário corresponde ao saldo credor da conta de correção monetária, diminuído da diferença positiva entre (i) a soma das despesas financeiras com as variações monetárias passivas; e (ii) a soma das receitas financeiras com as variações monetárias ativas, computados no lucro líquido, nos seguintes termos:

*Art. 21. Considera-se lucro inflacionário, em cada período-base, o saldo credor da conta de correção monetária ajustado pela diminuição das variações monetárias e das receitas e despesas financeiras computadas no lucro líquido do período-base.*

*§ 1º O ajuste será procedido mediante a dedução, do saldo credor da conta de correção monetária, de valor correspondente a diferença positiva entre a soma das despesas financeiras com as variações monetárias passivas e a soma das receitas financeiras com as variações monetárias ativas.*

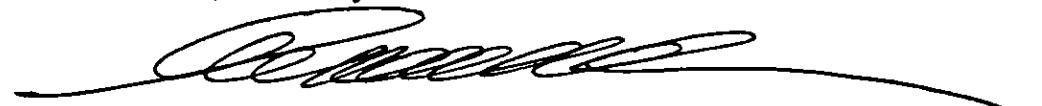
De acordo com o Demonstrativo do Lucro Inflacionário de fls. 48/50, o suposto saldo credor da diferença da aplicação dos índices IPC/BTNF foi originado no ano-calendário de 1990. No entanto, da análise da documentação de fls. 76, referente à cópia do Anexo A da DIPJ/91 da contribuinte, observa-se que, no ano-calendário de 1990, a soma do patrimônio líquido da contribuinte superou o seu ativo permanente em Cr\$ 930.942.519,59, de modo que não houve saldo credor de lucro inflacionário no período.

Da análise da documentação de fls. 83 e 146/147, referente à DIPJ/92 da contribuinte, observa-se que, no campo referente ao “Saldo da Conta de Correção Monetária – Diferença IPC/BTNF”, em vez da contribuinte lançar o saldo (no caso, negativo) das variações monetárias entre o IPC/BTNF, lançou, por equívoco, o valor correspondente à correção do patrimônio líquido, indicando, assim, suposto lucro inflacionário, que no caso, não ocorreu.

Dessa maneira, considerando a inexistência de saldo credor de correção monetária no ano-calendário de 1990 e, por conseguinte, a inocorrência da infração relativa à realização do lucro inflacionário, entendo que o lançamento correspondente deve ser cancelado.

Isto posto, VOTO no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso de ofício, mantendo-se a decisão recorrida em todos os termos.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 2008

  
ALEXANDRE ANDRADE LIMA DA FONTE FILHO

